



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



2

Discurso na abertura da reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas

PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, DF, 4 DE JULHO DE 2001

Cumprimento-os outra vez e quase me dispenso de falar, tão bom foi, aqui, o vídeo que vimos a respeito do assunto, o que mostra a imensa superioridade dessas técnicas modernas sobre as velhas técnicas, inclusive a do verbo reiterado.

Mas, de qualquer maneira, não quero deixar de expressar meu contentamento por estarmos aqui, mais uma vez reunidos, com um tema dessa importância e pelo fato de ter-se realizado em São Paulo, com muito êxito, o Fórum de São Paulo, que, creio, foi assistido por centenas de pessoas, talvez até umas 700, 800 pessoas, num clima de muita discussão, uma discussão muito franca e que mostra o êxito, o acerto das medidas que estão sendo tomadas.

Felictito também não só os Ministros que estão diretamente ligados à matéria, mas, principalmente, aqui, o Doutor Fábio Feldman, que é o grande animador e, pelo número de telefonemas e audiências que ele me pede, se pode imaginar o que é a persistência. Surte resultado. Foi muito positivo. Quero, realmente, com toda a sinceridade, agradecer ao Fábio pelo empenho que ele tem demonstrado em transformar essas nossas reuniões em reuniões amplas.

O que foi dito há pouco, aqui, por um desses vídeos é verdade. Quer dizer, se as discussões se limitarem aos Ministérios, à parte burocrática, elas não vão adiante. Por outro lado, se elas ficarem só em nível de protesto, também não vão adiante. É preciso que haja uma interação fecunda entre os que tomam decisão e os que pressionam por essas decisões que são, às vezes, vítimas delas ou, então, beneficiários das decisões e são também parte ativa desse processo decisório.

O vídeo já mostrou os resultados do Intergovernmental Panel on Climate Changes (IPCC) e mesmo os riscos que corremos. Sei que isso ainda são modelos testados em computador. Há uma certa margem de dúvida do que realmente vai acontecer, mas um aumento da temperatura entre 1,5 e 5,8 graus centígrados terá as consequências que estão aí. E elas virão. Um pouquinho menores ou um pouquinho maiores, mas virão.

Creio que o que foi também mostrado aqui – e o próprio Governo americano pediu uma confirmação a cientistas – os cientistas, com a prudência devida em matérias dessa natureza, sobretudo quando são prognósticos que se estendem por um século, reafirmaram que há, realmente, sim, um processo de efeito-estufa, que existe uma elevação média da temperatura. Essa elevação média da temperatura vai, realmente, produzir ou pode produzir consequências que vão ser bastante ruins para todos nós. Não é só a questão da elevação das águas, mas as consequências em geral, que já foram aqui mencionadas, que afetam a própria vida no planeta, a própria capacidade que a humanidade tem de se adaptar a novas situações.

Por mais que haja incertezas nessas previsões, uma certeza existe: haverá modificações climáticas, e temos, portanto, que nos preparar para essas modificações climáticas. Temos, aqui, o nosso Centro de Previsão do Tempo e de Estudos Climáticos, o CPTEC, que está trabalhando nessa direção, está tratando de verificar o que se pode fazer, ou melhor, capacitar-nos em termos de informações as mais confiáveis que sejam possíveis de obter.

Mas existem, também, implicações que são políticas. Esse desafio da mudança climática, naturalmente, afeta – desafia mais que afeta –

a capacidade dos Governos e da própria sociedade. Vamos ter que planejar para reduzir as consequências do problema e, também, sendo o caso, para absorver essas consequências da maneira mais inteligente possível.

É claro que são políticas, também, as consequências. Nesses processos todos, é preciso que haja uma distribuição mais equitativa dos custos dessa adaptação entre as várias camadas da sociedade, as várias regiões e sobretudo também entre os vários países. Essa é a questão que está aí, posta com muita clareza, e há muitos anos já, no nosso debate, desde a Eco-92.

Dentro desse processo todo de tomada de consciência que está ocorrendo, é claro que a mobilização da sociedade é fundamental. Estamos vendo que a sociedade está mobilizada e, provavelmente, vai mobilizar-se mais ainda, à medida que as informações forem sendo disseminadas e que se verifique que é necessário, realmente, que se parta para um conjunto de medidas mais efetivas, mais práticas.

É claro que de todos os desafios, o desafio político mais persistente, mais importante é a necessidade do estabelecimento de um consenso internacional nesta matéria. Não é fácil, porque é um consenso que implica não apenas uma sensibilidade para problemas que, como se disse há pouco, aí, no vídeo, vão afetar o que eu chamei de "cidadania planetária", quer dizer, cada um dos habitantes do planeta. Mas é um consenso que implica que aqueles que têm poder – e o poder é muito desigual, como é sabido, no planeta – também participem desse esforço. Nós não temos tido resultados muito animadores.

A rejeição do Governo americano à aceitação do Protocolo de Kioto foi um passo atrás. Foi um passo atrás. Não se pode deixar de reconhecer isso e temos que agir em função desse passo atrás.

Tenho me esforçado, dentro dos limites da posição de um país como o Brasil, que não tem o peso das nações mais ricas e desenvolvidas, por colocar a nossa posição com muita clareza, como o fiz com o Presidente Bush. Também ele coloca sua posição com uma clareza bastante assustadora. O raciocínio é direto. Quer dizer, o importante, para o mundo, é que a economia americana, que é a

locomotiva do mundo, continue crescendo. Para isso, vamos fazer o que for necessário: se é carvão, é carvão, o que seja, para produzir energia. A energia é o problema número um.

Esse é o pressuposto. O pressuposto é: o que é bom para o mundo é que haja uma recuperação da capacidade americana, da economia americana de seguir adiante, porque ela puxa – o que é verdadeiro – a economia mundial. Agora, além dessa afirmação, que tem base de verdade, temos outra que é discutível: “Seja a que preço for.” Esse “seja a que preço for” pode ser o preço que foi alertado aí.

Obviamente, isso não é uma posição facilmente assimilável pelos outros líderes do mundo. E não está sendo facilmente assimilável. O Presidente Chirac tem posição bastante clara sobre a matéria. O Chanceler Schroeder também. Não conversei com o Primeiro-Ministro Tony Blair. Vou ter a oportunidade de vê-lo brevemente aqui, no Brasil. Vamos, obviamente, conversar sobre a matéria. Mas estamos vendo que aquilo que parecia ser um quase consenso até há muito pouco tempo agora se apresenta como uma dúvida. Qual vai ser o consenso dos líderes mundiais?

É claro que isso é grave, porque os Estados Unidos representam mais ou menos 25% da responsabilidade em termos de emissão de CO₂, e os outros países industrializados, 60%. Então, o peso é enorme nessa matéria. Agora, isso não quer dizer que não possamos ou não devamos atuar. Nós podemos atuar, devemos atuar. A União Européia tem tido uma posição bastante mais consequente. Acredito que os países em desenvolvimento também devem ter. E o Brasil tem condições de continuar atuando fortemente.

Temos uma excelente oportunidade, que é a Reunião de Johanesburgo, do Rio +10, onde será possível, imagino, chegar a um resultado mais palpável. A posição do Brasil é clara e indiscutível. Somos, absolutamente, não só favoráveis ao Protocolo de Kioto como o Brasil ajudou na formulação, sobretudo, de um mecanismo de desenvolvimento limpo, que foi um passo adiante muito importante. Não vamos recuar nisso – não vamos recuar nisso. Ao contrário.

Agora, existe aí todo um trabalho que é, por um lado, de Estado, diplomático, e, por outro lado, da sociedade, que transcende os limites do país. Os dois transcendem. Precisamos juntar forças para isso. No fundo, países como o Brasil, a Índia e a China têm uma posição muito especial nisso.

O governo americano diz: "Olha, eu vou buscar outras formas para responder à inquietação da opinião pública, sobretudo – convém frisar – da opinião americana, porque a opinião americana é muito contrária a que se tenha uma atitude irresponsável ante o problema das mudanças climáticas."

Então, quando o Governo americano diz: olha, eu vou precisar, vou tomar algumas medidas, tudo bem, ele pode até atender a sua área de influência imediata. Mas que medidas são essas? Porque a nós interessa a questão que está sendo sempre posta de uma certa responsabilidade histórica. Quer dizer, a responsabilidade é desigual. Temos a nossa, mas ela é desigual. Não adianta, simplesmente, nós, unilateralmente, dizermos: "Olha, nós vamos resolver." Não. Não resolvemos. Os dados estão claros. Mesmo que o Brasil tome todas as medidas, o efeito será marginal. Portanto, temos que estar sempre puxando os outros países para uma posição de responsabilidades compartidas, divididas.

Aí, a China, o Brasil e a Índia têm um peso grande. E o Brasil não pode, a meu ver, se colocar simplesmente num "não". Tem que se colocar numa posição afirmativa. Somos, sim, favoráveis a reduzir a emissão de gases que produzem o efeito-estufa e a forçar os países que mais produzem esses efeitos para que eles também tenham uma capacidade de reagir.

Nesse momento a discussão, tal como foi colocada, nem discute mais a questão da *Rain Forest*, nem nenhuma medida compensatória. Isso é impossível. Não podemos aceitar uma discussão que não tenha qualquer referência àquilo que vem sendo, realmente, o nosso, digamos, cavalo de batalha. Vamos sim, vamos ajudar, mas precisamos ver como é que se faz um mecanismo de desenvolvimento limpo e quais são as medidas para transferência tecnológica, para compen-

sação, porque temos uma outra responsabilidade, que é de dar uma situação de vida melhor para o nosso povo. E essa situação de vida melhor para o nosso povo requer uma série de ações que não podem ser menosprezadas e, portanto, temos que ver de que maneira compatibilizar esse interesse, que implica o uso de energia com a responsabilidade planetária, humanitária, nossa, de combatermos o efeito estufa. Isso é possível ser feito.

No caso do Brasil, podemos até, em termos muito práticos, atuar. Por exemplo, agora, estamos com um problema de crise energética. A matriz brasileira é uma matriz basicamente de energia hidráulica. Não é isso? Noventa e dois por cento da energia produzida no Brasil é hidrelétrica. Estamos vendo as fragilidades também, a vulnerabilidade que existe nesta matéria, porque num dado momento, por razões que não vou discutir neste momento, os reservatórios não estão correspondendo, porque a afluência de chuva diminuiu.

Pode-se dizer: bom, poderia ter feito isso aqui. Tudo bem, mas a chuva diminuiu. Vê-se, portanto, que existe um problema: dependemos da hidrologia aqui. Nesse momento, temos, eu não sei exatamente, 75 mil megawatts de potência. E usamos, no pico, 58 mil, em maio do ano passado. Portanto, não falta máquina. Falta combustível para a máquina.

Bom, isso significa que o país tem – e deve continuar tendo – uma matriz basicamente hidráulica. Seria impensável mudar para qualquer outra coisa. Tudo o mais é adicional. Mas esse adicional vai ter que ser feito. Isso poderá ser feito bem ou mal. Será feito bem se incentivarmos fontes de energia não poluidoras. E existem. Energia eólica, por exemplo, e está disponível. Eu sei que é marginal. Quando você olha a matriz, você vê que aquilo é incremento marginal. Mas é preciso utilizar também.

Segundo, é preciso conservar a energia. E vai ser preciso conservar a água. Aqui está o Presidente da Agência Nacional de Águas, da ANA, que sabe disso. Vamos ter que conservar água. A mentalidade conservacionista tem que ser disseminada entre nós.

Temos que aproveitar os momentos de dificuldade, como agora, para difundir mais a mentalidade conservacionista. É tão pouca a nossa atenção a isso que me permito um exemplo pessoal. Apresentei um projeto, quando era Senador, em 90, 91, ao Senado, sobre conservação de energia. Esse projeto foi arquivado, desarquivado pelo Senador Teotônio Vilela. Não sei se foi votado agora. Se foi, foi no mês passado. Provavelmente, o projeto é antigo, mas é o que foi aprovado. Provavelmente, hoje, eu faria diferente, porque dispomos de melhores condições para um projeto de conservacionismo mais adequado.

Então, buscar fontes alternativas, aumentar a nossa consciência de conservação e, na medida em que vamos utilizar a termelétricidade, porque vamos ter que usar, porque a termelétricidade é alguma coisa que, na ponta, ajuda, quer dizer, nos momentos de má hidrologia, etc. etc., vai ser sempre necessário ter, obrigar, também, a que haja uma compensação. Vai ter termelétrica? Por que não faz, não planta floresta nova? As próprias empresas é que vão fazer a geração? Por que não fazer isso? E, aí, se compensa.

Quer dizer, aí nós podemos dar o exemplo mais próprio ao mundo de que, mesmo na situação difícil que estamos enfrentando, não esquecemos das nossas responsabilidades com a base. Não esquecemos, portanto, da necessidade de termos uma ação mais consistente.

Sei que o Brasil tem até certas vantagens, em matéria de matriz energética. Temos a biomassa, temos a questão do Pró-Álcool, temos várias vantagens. Mas isso não resolve, se não tivermos essa consciência, eu diria, aguda, de que essa questão da energia, seja sob a forma dramática, como aqui já foi dito, de ameaça, como a questão do efeito estufa, seja sob a forma positiva e não dramática, de maior bem-estar, mas que exige a utilização de recursos que são recursos que afetam a natureza, nas duas hipóteses. Temos que estar tendo essa consciência da questão do meio ambiente.

Isso é decisivo para nós no país. E o objeto desses nossos encontros não é outro. O objetivo de eu estar aqui, passando esta manhã com essa excelente companhia, é, precisamente, de mostrar ao país que é

necessário, efetivamente, pensar essas questões com muito compromisso, eu diria, até, em certos momentos, com certa dramaticidade, porque a questão pode tornar-se, realmente, dramática.

Eu me permito acrescentar uma palavra sobre o que não é específico do nosso dia de hoje, que é a questão da água. Se não tivermos atenção ao uso da água, vamos ter problemas muito sérios também. Não só em questão de água para gerar energia, mas água para irrigação. O desperdício é imenso. A utilização dos rios sem a autorização prévia é enorme, para não mencionar o fato de a destruição das matas ter afetado dramaticamente a questão das chuvas, a questão da água. Vem tudo isso junto.

Enfim, ou temos uma visão comprehensiva, global, desse processo, ou vamos passar às gerações futuras uma conta muito elevada. Nós já recebemos contas elevadas. Aliás, eu falo do meu tempo. Pago conta alheia e até assumo a responsabilidade do que não é responsabilidade minha, porque, enfim, o Estado é responsável.

Mas o fato de estarmos pagando contas das gerações passadas e até de alguma contemporânea, que não teve consciência mais aguda em certas questões, não nos exime da responsabilidade de não fazer a mesma coisa com as gerações futuras.

Então, é esse o objetivo aqui do nosso encontro. Essas palavras iniciais são apenas para reiterar o meu empenho na matéria, do empenho do Governo brasileiro. É agradecimento ao fato de que, nessa área, a sociedade civil tem se movimentado de uma maneira mais que competente, para forçar decisões adequadas e para permitir que essa consciência se estenda.

Se o Doutor Feldman continuar telefonando muito para mim, vamos ter mais encontros.

Muito obrigado.

[Seguem-se intervenções de interlocutores presentes].

Bom, depois de tudo que ouvi, acho que alguma coisa aprendi a respeito da matéria. E desde logo aceito o desafio de participar, con-

tinuar participando pessoalmente dessas discussões, até porque é função mesmo do Presidente, numa matéria dessa natureza, participar o mais ativamente que puder. Espero que o Doutor Fábio Feldman não precise telefonar tantas vezes para mim. Já estou espontaneamente me pondo à disposição.

Agora, aqui eu queria dizer que as discussões foram interessantes em vários aspectos. Um, que não era diretamente da questão de mudança climática, mas que tem algo a ver, que é a questão de matriz energética. Eu vou olhar a curva em U, o que está acontecendo, se está mesmo acontecendo, por que está acontecendo. Evidentemente, estamos modificando bastante a matriz energética, isso é no tempo.

Eu queria dizer que existem centenas de projetos de co-geração e de geração direta das empresas, na base de dois, três, quatro, cinco megawatts. Isso é muito importante. Não são dezenas não, são centenas. Todos eles têm apoio do Governo, ou poderão ter. O BNDES tem linha específica para isso.

Da mesma maneira, com relação à biomassa. Lá no Nordeste já existe um aproveitamento. É pequeno ainda, são 40 ou 50 megawatts, mas, de qualquer maneira, é uma ajuda. E, no caso de São Paulo, falam na disponibilidade de 1.000 megawatts. Ouvi agora, pela primeira vez, 2.000, não sei. Eu ficaria contente com 300, 500. Estou habituado a dar o desconto relativo a essas questões. Mas existem também, inclusive, planos de financiamento para isso.

Agora, embora a presença das autoridades, especialmente do Presidente, motive, é verdade que o Brasil é um país que só vai para frente se a sociedade, realmente, se engajar. No caso das empresas, são os empresários que têm que tomar as decisões, porque o Governo não tem nem como tomar decisões, nesse nível de minudência que é necessário, para que a matriz não seja meramente baseada nos grandes investimentos. Aí, é preciso que haja uma motivação relativamente espontânea da sociedade, como está havendo.

Bom, mas isso não foi a parte, digamos assim, diretamente ligada ao nosso tema. Na parte diretamente ligada ao nosso tema, houve considerações bastante importantes, que eu pediria até ao Doutor

Eduardo Krieger, que está aqui presente, que organizasse um comitê científico, na Academia Brasileira de Ciências, para discutir esta questão dos efeitos de mudança climática e da regionalização desses efeitos, que foi um tema que aqui foi levantado e que é importante.

Eu queria fazer um improviso. Normalmente, os que conhecem alguma coisa de economia sabem, também, que esse sistema no qual nós vivemos e que hoje o mundo todo vive nele – uma ou outra pequeníssima exceção – é submetido a crises cíclicas. O capitalismo tem crises cíclicas.

Existe uma teoria chamada “Kondratieff” que faz o estudo das grandes crises. Isso se discute infinitamente: se a grande crise existe ou não existe, se existe tendência, de quanto em quanto tempo essas crises se renovam. Parece-me que, no clima, um pouco, estamos na mesma.

Em geral, quando se trata de economia, embora não seja economista, tenho mais ousadia. Todas as vezes que eles vão me propor um cálculo de PIB, eu digo: “Parado, não calculem nada, vocês não sabem. Vamos ver depois.” Ninguém sabe, não existe a capacidade efetiva de avaliação e de previsão que possa dar um rigor. E é muito ruim um pseudo-rigor: 2,3. Meu Deus! O que é isso? Como é que isso foi medido? Não foi medido. Foi um palpite disfarçado com dados.

Bom, isso na economia. Não sei se no clima é assim. Na meteorologia, um pouco é assim. Por quê? Porque tanto a economia, quanto a meteorologia, quanto o clima estão sujeitos a muitas variáveis. Então, nós precisamos ter humildade. Quando há muitas variáveis, a principal questão é ter humildade. Quem diz: vai ser assim, eu já ponho em dúvida, porque não se sabe. E, mesmo, há muitas mudanças no curso do processo.

Eu tenho horror ao chamado “efeito Hermann Kahn”, que alguns dos mais antigos aqui se lembram: a Amazônia ia ser inundada. É complicado tudo isso. Nós temos que, sempre, ter humildade diante dessas questões, para não passar à sociedade, digamos, a presunção de que nós sabemos que vai, sim, a temperatura crescer tantos graus. Nós sabemos que há a probabilidade. Não sei que probabilidade é essa, porque nunca foi, realmente, medida, de que,

mantidas as condições atuais e com o efeito-estufa, que haja um aumento de temperatura.

Já é o suficiente para nós nos assustarmos. Não precisa assustar mais. Já é suficiente. O que temos que ter é uma ação coordenada, inteligente, para evitar – acho que já foi mencionado aqui, também – que os efeitos negativos ocorram e, se possível, que o próprio processo ocorra. A possibilidade de diminuir existe, na questão do efeito estufa. Em outros processos que estão aí, naturais, nós não temos essa mesma condição. No efeito estufa, temos alguma condição de uma ação inteligente. Vamos, portanto, sem, digamos, demonizar o que vai acontecer, agir para que aconteça o melhor e não o pior. E, para agir para que aconteça o melhor – creio que é a última consideração a fazer aqui –, acho que vamos para Bonn motivados. Essa reunião serviu para essa motivação.

Vamos motivados. Aqui, foi dito e reconhecido o papel que o Brasil tem desempenhado nessa matéria. Aliás, tem desempenhado em muitas matérias. Quem vê o Brasil de fora fica mais animado com o Brasil do que quem vê de dentro, porque percebe que estamos, realmente, olhando de uma maneira menos, digamos, apaixonada – a paixão é sempre boa –, mas, enfim, se for um pouco menos apaixonada, pode-se ver que há muita transformação positiva. E, no caso aqui, na questão das mudanças climáticas, realmente, a sociedade brasileira e o Governo temos tido uma ação bastante razoável, que deve ser intensificada.

Alguém disse aqui – e concordo com o que foi dito – que o fato de ter havido uma decisão do Presidente Bush dessa maneira de romper com uma parte essencial do Protocolo de Kioto é uma oportunidade para nós. Seria melhor que ele não tivesse rompido, é óbvio, que tivesse avançado. Mas, já que rompeu, vamos ver o que está acontecendo para intensificar a nossa ação.

Então, a determinação que dou à delegação brasileira é a de “aumentar a dose”. Quer dizer, realmente, lutar mais e mais, com racionalidade sempre, um pouquinho de paixão ou, talvez, até muita paixão, mas que não fique deslocada da racionalidade, porque senão

não há credibilidade. Se a coisa for, simplesmente, na base de “eu gosto, eu quero, eu faço e aconteço”, ninguém mais responsável vai acreditar. Mas, se for numa base, como tem sido até hoje, de acompanhar, realmente, com muita consistência os estudos havidos, as posições havidas, o Brasil pode continuar tendo um papel extremamente construtivo.

Finalizo dizendo que também concordo com o que foi dito por vários aqui, ou seja, que não adianta só alguém ter um papel positivo e construtivo na proposição de metas lá fora e não termos um papel efetivo de transformação aqui dentro. Independentemente do que vá acontecer, com Kioto, sem Kioto, com os americanos, sem os americanos, com a Europa ou sem a Europa, temos que fazer entre nós.

Nesse sentido, achei muito interessante esse esforço dos Secretários de Estado de juntar a questão do meio ambiente com a questão energética. E a maior dificuldade que temos entre nós é que o Estado brasileiro, e até diria mais, a sociedade brasileira estão organizados verticalmente. Aqui, houve um exemplo: todo mundo quer que o Presidente esteja presente e se desdobre em tudo – é o Ministro, é o chefe da repartição, é o dono da empresa. Bom, e tem muita dificuldade de fazer com que essa presença vertical não iniba a troca cruzada de informações e experiências para que se elabore uma política que tenha maior sustentabilidade e maior legitimidade.

Essa é a dificuldade dentro do aparelho do Estado. Quando se organizam, como organizo sempre, câmaras, a primeira reação é isso: “É para enganar. Não vai fazer, porque faltou o ‘mandão’, faltou o ‘manda-chuva.’” Nós ainda estamos com a idéia do “mandonismo” local, que cobram do “manda-chuva”. Bom, não funciona mais o mundo assim, não é? E para que possamos, realmente, avançar vamos precisar mais e mais desses mecanismos de diálogo cruzado, e cruzado dentro do Governo, mas não só. Do Governo com a sociedade. E imagino que isso vai se aplicar no plano internacional também.

Disse sempre que ia finalizar, mas vários disseram aqui “estou terminando” e não terminaram. Também não vou terminar. Para isso tudo funcionar, para que isso funcione, para que exista, realmente,

uma participação mais efetiva, para que haja esse entrosamento em termos de funcionamento cruzado de decisões, debate e formação de consenso, é preciso, até contraditoriamente, que haja liderança. Nada disso funciona sem liderança. O fato de você ter que ouvir os outros não dispensa a liderança.

Acho, Senhores Ministros, que caberá ao Brasil, em Bonn, um bom papel de liderança, uma boa dose de liderança. Eu, aqui, por trás, no telefone – se o Fábio me telefonar muito –, eu falo com Bush, com Chirac, Schroeder, com Tony Blair, com Aznar, com Guterres, com quem mais seja, com Jiang Zemin. É preciso falar muito com ele, porque a China vai ter que ter um papel muito importante nisso, como a Índia. A minha parte modesta faço por trás da cena. Mas a cena está com vocês. Vamos a ela porque quero aplaudi-los.

Muito obrigado.